

# ANÁLISE ESTRATÉGICA DA GUERRA DO YOM KIPPUR (1973): a contraofensiva tática\*

FABIANE CRISTINA DE FREITAS ASSAF BASTOS\*\*  
Historiadora

---

## SUMÁRIO

Introdução  
O nacionalismo árabe e a Guerra dos Seis Dias (1967)  
A Guerra do Yom Kippur: Lições do ponto de vista estratégico-militar  
Conclusões

## INTRODUÇÃO

A Guerra do Yom Kippur, ou Quarta Guerra Árabe-Israelense, foi um conflito militar travado entre as Forças de Defesa Israelitas (FDI) e as forças egípcias e sírias em outubro de 1973. Trata-se

de um grande marco do conflito-árabe-israelense e nas relações internacionais, já que foi a primeira vez em que os árabes “de fato tomaram a ofensiva, conseguindo, inclusive, nas primeiras semanas do conflito, recuperar alguns trechos dos territórios ocupados (por Israel), a margem

---

\* Artigo produzido para a disciplina “Estudos Estratégicos: Elementos de Teoria e Análise” do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGest) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

\*\* Mestranda do PPGest da UFF, historiadora pela UFF e pesquisadora do Centro de Estudos Asiáticos da mesma Universidade. Bacharelada em Relações Internacionais (UFF/Universidade Paulista-Unip). Atuação nas áreas de História da Política Externa Brasileira, História do Oriente Médio Contemporâneo e Segurança Internacional.

oriental do Canal de Suez egípcio e partes das Colinas de Golã sírias” (SALEM, 1982, p. 55). Uma decisão desastrosa do lado árabe, contudo, reverteu as chances em favor do lado judeu. A vitória no campo militar, porém, segundo alguns autores, significou a derrota política para os israelenses devido à questão do petróleo, que passou a ser usada como arma política (SALEM, 1982).

Este artigo tem por objeto a Guerra do Yom Kippur observada do ponto de vista estratégico-militar e busca compreender como ocorreu a contraofensiva israelense, levando em conta dois fatores: sua inferioridade numérica e o elemento surpresa. Inicialmente, analisar-se-ão brevemente os antecedentes da guerra, em especial a partir da criação do Estado de Israel (1948) até a Guerra dos Seis Dias (1967). Em seguida, busca-se analisar a Guerra do Yom Kippur do ponto de vista tático-militar, enfatizando a estratégia inicial sírio-egípcia e a bem-sucedida contraestratégia israelense para, por fim, alcançar valiosas conclusões estratégicas da batalha. A hipótese levantada é a de que um conjunto de fatores favoráveis – dentre os quais se destaca o contra-ataque combinado – permitiu às FDI reverterem favoravelmente a situação em campanha naquele momento.

A Guerra do Yom Kippur (1973) faz parte de uma escalada de tensão na região do Oriente Médio que remete ao conflito árabe-israelense, cujo ponto inicial foi, em 1947, a aprovação, na Organização das Nações Unidas (ONU), da Resolução 181 (II), que aprovou o Plano de Partilha da Palestina em dois Estados: um dirigido pelos árabes, outro pelos judeus. Os judeus aceitaram bem a partilha, mas os árabes e os seus líderes nacionalistas foram radicalmente contra. A Resolução estabelecia, ainda, a proteção dos lugares

santos e o Estatuto Internacional de Jerusalém, que ficaria sob tutela da ONU (FÁVERO; PINHEIRO, 2016).

Como explicita Jayme Brener (1997), a insatisfação árabe deixou claro que, uma vez retiradas as tropas estrangeiras, estouraria uma guerra, e assim se sucedeu com a Guerra de Independência de 1948, ou Primeira Guerra Árabe-Israelense, que opôs o recém-criado Estado de Israel de um lado e, do outro, alguns países da Liga Árabe, como Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Arábia Saudita.

Sete países declararam guerra a Israel, cinco dos quais enviaram tropas contra o Estado Judeu: Egito, Síria, Líbano, Iraque e Transjordânia, além de quase 2 mil guerrilheiros comandados por El-Husseini, do Exército de Liberação Árabe, compondo mais de 60 mil homens (BRENER, 1997). Israel viu-se em situação de desvantagem, já que não possuía blindados e força aérea, tampouco efetivos de soldados, em torno de 30 mil homens. Na ocasião, alguns fatores se revelaram decisivos para a virada israelense: o fato de que os 30 mil soldados judeus em Israel eram em sua maioria veteranos do exército inglês na Segunda Guerra Mundial; as diferenças entre os árabes no ambiente de batalha (BRENER, 1997) agindo sem coordenação, e, por último, o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) aos israelenses, além do embargo ao envio de armas e munições de ambos os lados, definido como tregua pela ONU em 11 de junho de 1947, afetando principalmente os árabes, abastecidos pelos ingleses.

Nesse contexto desfavorável, a derrota árabe foi notável, “levando 350 mil novos refugiados a deixarem suas casas” (BRENER, 1997, p. 26) e ampliando o controle israelense do território de 7,23% a 77% (BRENER, 1997, p. 27), como se



Figura I – A Guerra Árabe-Israelense de 1948

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/339036678187991490/>

observa no mapa da Figura I, numa guerra que modificou permanentemente o cenário do Oriente Médio e deixou rugas que foram determinantes para os conflitos que se seguiram. O Estado Palestino sumiu, e a guerra aprofundou as diferenças entre os árabes e os palestinos, na medida em que estes “havia acreditado em governos árabes, que não corresponderam à sua confiança” (BRENER, 1997, p.28). Como lembrado por Brener (1997), para se ter uma ideia, os governos do Egito, da Síria e do Iraque referem-se aos acontecimentos de 1948 como *Naqba* – a desgraça, em árabe, que tornava insuportável a convivência com os judeus.

Ponto crucial abordado por Brener (1997) e Salem (1982) é a emergência de regimes nacionalistas no mundo árabe a partir da Guerra de Independência de Israel. A grande virada no período foi a emergência do nasserismo, ou pan-arabismo, partindo do Egito. Em 1952, um golpe derrubou o rei Faruk, do Egito, e colocou como novo presidente o General Mohammed Neguib, cujo homem forte era uma figura de oposição “feroz dos britânicos, defensor da unidade árabe e africana contra Israel” (BRENER, 1997, p. 31), Gamal Abdel Nasser, que assumiu o poder como Presidente em 1954. Helena Salem (1982) aborda as Conferências da Cúpula Árabe a partir de 1964 organizadas por Nasser como exemplo de organização nacionalista por parte dos árabes e, também, do povo palestino, tendo sido resultante das conferências a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que teria papel central no conflito.

O propósito do pan-arabismo defendido por Nasser era a vingança contra Israel por via do nacionalismo e da união entre os povos árabes. Buscou ajuda externa para a construção do projeto da Barragem de Assuão, que passaria a controlar o selvagem Rio Nilo, e a ajuda veio na forma de um acordo com a Tchecoslováquia e do apoio soviético. A reação dos EUA a essa ação, via secretário John Foster Dulles, foi o bloqueio de créditos, em 1956, para a construção da represa e, em represália, Nasser assumiu o controle do Canal de Suez, tomando-o das empresas britânicas e francesas. Simultaneamente, em ação contra Israel, forças egípcias

bloquearam o Estreito de Tiran, a única saída de Israel para o mar.

A resposta da França e da Grã-Bretanha foi ocupar o Canal de Suez e, por sugestão de Ben Gurion, primeiro-ministro israelense à época, realizar um ataque preventivo (BRENER, 1997, p. 34) com apoio israelense, dando início à Crise do Suez, ou Terceira Guerra Árabe-Israelense. Em 29 de outubro de 1956, unidades de paraquedistas israelenses desembarcaram no Deserto do Sinai marchando rumo ao Canal de Suez, e os egípcios só tomaram conhecimento 24 horas depois, já que a comunicação no país foi cortada por “aviões israelenses P-51, com suas hélices e asas” (BRENER, 1997, p.34), o que deu tempo aos israelenses de dominarem o Sinai. Dois dias depois do primeiro desembarque, aviões britânicos e franceses atacaram bases aéreas egípcias. O Egito não teve tempo de contra-atacar, e “Israel ocupou todo o Sinai em poucos dias, fez 12 mil prisioneiros e capturou 150 tanques” (BRENER, 1997, p. 35).

Esse acontecimento, na avaliação de Brener (1997), aumentou o comprometimento de Nasser com relação ao pan-arabismo, além de aproximá-lo mais da URSS, fato que, a partir de 1957, com a doutrina do presidente norte-americano Dwight Eisenhower, seria condenado, tornando os egípcios “inimigos de fé dos norte-americanos” (BRENER, 1997, p. 3).

## **O NACIONALISMO ÁRABE E A GUERRA DOS SEIS DIAS (1967)**

Brener (1997) lembra, contudo, que o pan-arabismo entre os árabes se limitava “a declarações, beijos no rosto nos encontros de estadistas e à noção de inimigo comum (Israel)” (BRENER, 1997, p. 42), na medida em que o Egito de Nasser conspirava contra a Síria. A Síria realizou

bombardeios no norte de Israel e, apesar de Nasser se opôr a isso, foi forçado pelo povo árabe a selar um acordo militar com a Síria e a Jordânia.

A questão do nacionalismo árabe e de suas dificuldades é fundamental para compreender o conflito. Apesar de afirmar que “a água era a questão principal” (OREN, 2002, p. 2), o autor Michael Oren (2002) sustenta análise muito mais complexa sobre as motivações da guerra e que leva em conta, por exemplo, a bipolaridade na época da Guerra Fria e as influências norte-americana e soviética no conflito.

Na década de 1960, especialmente após a Crise do Suez, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser estava tentando restaurar seu prestígio danificado, e um passo em direção a esse propósito era convocar cúpulas árabes para fazer algo sobre Israel. Faltam análises que abordem de forma mais aprofundada o lado árabe e as intenções da peça-chave da guerra, o Presidente Nasser. Oren (2002) reconhece que Nasser, apesar de não ter tomado a ofensiva, estava ciente de que arriscaria a uma guerra por suas atitudes, aventurando-se na crença de que os acontecimentos do Suez não se repetiriam e, provavelmente, mediante ataque israelense, esperando reação das potências ocidentais.

Michael Oren (2002) aponta alguns acontecimentos na década de 60 que tornaram o conflito inevitável: a partir de 1966, a ascensão da guerrilha palestina encorajada pelo regime sírio, e que passou a lançar ataques via Jordânia; o deterioramento das relações entre o Egito e os Estados Unidos; a pressão soviética pela influência no Terceiro Mundo, após a queda dos regimes no Gana, na Indonésia e na Argélia, acontecimentos que, juntos, conduziram à escalada das tensões.

Apesar do contexto favorável à guerra, a reação israelense à aliança foi desproporcional e pegou de surpresa os árabes: às 7h45 de 5 de julho de 1967, por meio da Força Aérea Israelense (FAI), foi realizado um ataque calculado, já que “os pilotos egípcios e sírios estariam tomando café para dirigir-se ao aeroporto” (BRENER, 1997, p. 43). Os aviões levantaram voo e partiram para o Mediterrâneo, pretendendo surpreender o inimigo vindo de uma direção inesperada: na direção do Sol, portanto “a luz ofuscaria a visão das guarnições antiaéreas do inimigo” (SCARLECIO, 2003, p.155). A estratégia foi a de voar baixo para não serem detectados pelos radares.

Em poucas horas, os israelenses destruíram, no chão, 309 dos cerca de 340 aviões egípcios. No final do segundo dia de combate, “os exércitos árabes haviam perdido 419 aviões, e Israel 26” (BRENER, 1997, p. 43). Assim, o desastre árabe foi “absoluto”, já que estava sem cobertura aérea, e “a surpresa foi total” (SCARLECIO, 2003, p. 156), com os quatro aeroportos egípcios atacados e os aviões e material bélico egípcios reduzidos a escombros.

Na avaliação de Scarlecio (2003), “os árabes perderam a Guerra dos Seis Dias antes mesmo de ela começar” (SCARLECIO, 2003, p. 153) devido à decisão de Nasser de não atacar primeiro, preocupado com a opinião pública mundial e, para alguns autores (OREN, 2002), agindo irracionalmente. O Sinai é um deserto, e os egípcios não tinham como se camuflar, além de que o serviço

aéreo de reconhecimento israelense “a tudo assistia” (SCARLECIO, 2003, p. 153), identificando, por exemplo, tropas, posições, números de carros de combate e artilharia egípcia, além de detalhes da rotina egípcia, como tempo de patrulha, rotas preferidas e até quanto tempo os pilotos demoravam em suas refeições. Apesar da ação tática ágil, alguns autores (LUCINDO, 2018; CAMARGO, 2006) afirmam que não houve um planejamento estratégico e político por parte de Israel para o conflito e que estas decisões foram tomadas durante o conflito.

No Egito, Nasser e o General Amer perceberam a situação de penúria dos exércitos árabes e ordenaram a retirada,

o que resultou numa saída desordenada e num grande número de baixas: “durante a retirada, as baixas (egípcias) chegaram a 10 mil homens na Campanha do Sinai” (SCARLECIO, 2003, p. 158). As perdas foram múltiplas: Egito perdeu o Deserto

**Os árabes perderam a  
Guerra dos Seis Dias antes  
mesmo de ela começar,  
devido à decisão de Nasser  
de não atacar primeiro,  
preocupado com a opinião  
pública mundial**

do Sinai até a margem leste do Canal de Suez e a Faixa de Gaza, com 15 mil baixas e 5.500 capturados. A Síria perdeu as Colinas de Golã e a Jordânia perdeu a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, com as batalhas mais sangrentas nestes últimos. Assim, “em apenas seis dias de combate e a um preço de 764 mortos, as tropas israelenses ocupavam as Colinas de Golã, o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e toda Jerusalém” (BRENER, 1997, p. 44). A desordem e a desorganização na retirada árabe e a coordenação dos ataques israelenses em diferentes pontos ficam evidenciadas no mapa (Figura II):



Figura II – A Guerra dos Seis Dias – Ataque israelense, 14 a 30 de maio de 1967

Fonte: <https://www.themaparchive.com/the-six-day-war-israeli-attack-1430-may-1967.html>

Segundo Abreu (2004), o que explica a vitória israelense na Guerra dos Seis Dias, apesar de em desvantagem material e numérica, são os fatores “imponderáveis da Guerra”, notoriamente a velocidade dos ataques aéreos da FAI, similares às guerras-relâmpago da Segunda Guerra Mundial, os quais surpreenderam os árabes, estabelecendo o rápido domínio israelense em todo o Sinai em 72 horas (ABREU, 2014, p. 5).

Já o autor Josué Gomes Lucindo (2018) levanta alguns questionamentos em sua análise sobre a Guerra de 1967: “Como Israel, sendo um país tão pequeno, conseguiu vencer seus inimigos árabes em tão pouco tempo? O que fez a diferença entre a vitória e a derrota de Israel?” (LUCINDO, 2018, p. 3). Para respondê-los, começa por levantar alguns pressupostos: a ideia de que a Guerra de 1967 foi, entre os conflitos até aquela data, o que evidenciou a determinação do povo israelense em combater pela manutenção de sua independência contra tantos inimigos em um curto período, defendendo seus avanços no território árabe desde a Guerra de Independência.

O que permitiu a vitória rápida e decisiva, segundo Lucindo (2018), foi a combinação eficiente entre a rápida mobilização das forças israelenses e a iniciativa de seus comandantes, empregando aeronaves, blindados e tropas paraquedistas para a conquista dos objetivos traçados, com destaque para líderes como Moshe Dayan e Yitzhak Rabin. Dessa bem-sucedida estratégia militar resultou um avanço progressivo sobre o território palestino, conquistando locais importantes, como a parte oriental de Jerusalém (a Velha Jerusalém), como se observa na Figura

III. A Guerra dos Seis Dias evidenciou, ainda, a importância das decisões no nível estratégico-político. Lucindo (2018) identifica os seguintes princípios aplicados pelas tropas israelenses de forma bem-sucedida em 1967: surpresa, massa e manobra, e economia de meios ou forças.

Apesar do cessar-fogo assinado entre Egito e Israel em 1970, os árabes buscaram reconstruir suas forças, optando pelo

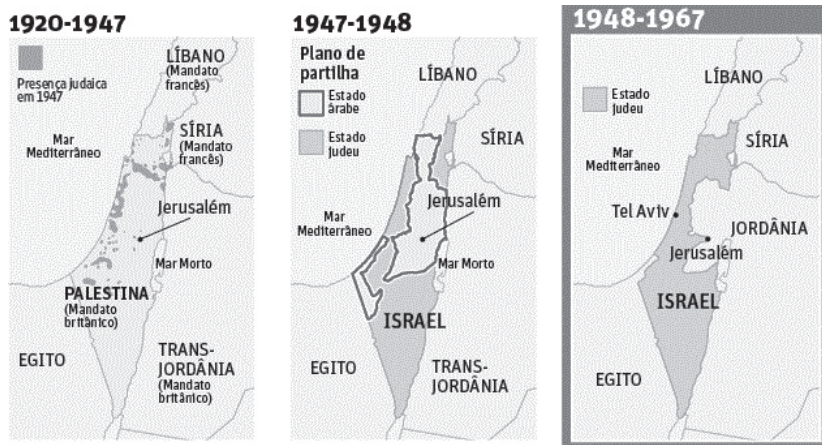


Figura III – Mapa Israel/Palestina em momentos históricos de conflito

Fonte: <https://www.rededeexperiencias.com.br/atualiza/50-anos-guerra-seis-dias>

conflito à diplomacia. Uma conferência árabe realizada no Sudão em setembro de 1967 aprovava três não: “não às negociações, não à paz e não ao reconhecimento do Estado de Israel” (BRENER, 1997, p. 47). Os árabes buscavam a vingança por via da força: a guerra passou a ser questão de honra para eles. Como afirma Scarlecio (2003), “o nível de estocagem de armas, militarização da sociedade e treinamento de oficiais [...] indicava que, mais cedo ou mais tarde, uma nova guerra fatalmente ocorreria” (SCARLECIO, 2003, p. 163).

Houve tentativas de conciliação por parte de Israel, como a implementação do Plano Allon, aprovado no Parlamento israelita em 1973, que previa que “todas as atividades israelitas nos territórios anexados se limitassem apenas às áreas que Israel tencionava manter, ponderando abandonar todas as outras” (BATISTA, 2011, p. 8), proposta também recusada pelos árabes. Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 242, de 22 de novembro de 1967, que exigia a retirada de Israel “de territórios ocupados” na Guerra dos

Seis Dias e requeria o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, com o propósito de pôr fim às hostilidades, resolução sistematicamente desrespeitada por Israel.

Na Jordânia, a situação voltou a sair do controle quando, em setembro de 1970, 4 mil palestinos foram mortos e 11 mil feridos por iniciativa do Rei Hussein, com apoio norte-americano, no chamado Setembro Negro, que só teve fim com o cessar-fogo entre as partes, mediado por Nasser. Para Salem (1982), tal episódio evidenciou a necessidade da união árabe contra Israel e foi um primeiro passo para a escalada de tensões.

Assim sendo, como explicita Batista (2011), ao final da Guerra dos Seis Dias, a situação política no Médio Oriente se degradou de forma ainda mais rápida, indo “contribuir para o ódio e a intolerância por parte dos países árabes com Israel” (BATISTA, 2011, p. 7), justificados pela ocupação ilegal e violenta de territórios antes de seus domínios, situação que criou um mal-estar na região, que se foi agravando com o decorrer do tempo e forjou a identidade palestina “militante e

hostil” (SCARLECIO, 2003, p. 169). Em convergência, para Oren (2002), a Guerra do Yom Kippur, o Massacre de Munique, o Setembro Negro, a Guerra do Líbano, a controvérsia em torno dos assentamentos judeus e do futuro de Jerusalém, os Acordos de Camp David, os Acordos de Oslo e a Intifada são resultado da Guerra dos Seis Dias.

Além disso, outro efeito definitivo da Guerra dos Seis Dias, para Scarlecio (2003), foi a sedimentação da aliança entre Israel e os EUA, que ocorreu muito fortemente devido ao aspecto estratégico-militar e ao contexto de Guerra Fria. Na década de 1970, “o esforço norte-americano em produzir equipamentos com maior sofisticação tecnológica se aprofundou” (SCARLECIO, 2003, p. 170), o que significou o desenvolvimento de armas guiadas, sistemas de detecção precisos, capacidade de interferir nas comunicações e nos sistemas de defesa inimigos, maior precisão e sofisticação no sistema de defesa com o propósito de provocar um maior dano ao adversário e poupar vidas americanas. Esse tipo de abordagem era altamente atraente para os israelenses, pois, com uma população limitada em termos numéricos, Israel “não podia se dar ao luxo de desperdiçar soldados” (SCARLECIO, 2003, p. 171).

A partir da derrota [na Guerra dos Seis Dias], os árabes deveriam se preparar para atuar vencendo curtas etapas, o que pode ser conseguido por meio de exércitos

**A partir da derrota na Guerra dos Seis Dias, os árabes deveriam se preparar para atuar vencendo curtas etapas, por meio de exércitos regulares ou de uma campanha de guerrilhas, esta última a opção dos palestinos**

regulares ou de uma campanha de guerrilhas, esta última a opção dos palestinos. A lógica palestina foi a de agir contra qualquer alvo dentro de Israel, mesmo sem qualquer valor militar, recrutando para sua causa os povos palestinos descontentes e insatisfeitos com a ocupação. A adoção da lógica da guerrilha, segundo Scarlecio (2003), também tinha o propósito de conseguir reconhecimento de sua autonomia, enquanto povo particular, perante o mundo.

Na I Conferência da Cúpula Árabe (1964), foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), elaborada uma Carta Nacional Palestina e uma Constituição básica. Em fevereiro de 1969, Yasser Arafat era eleito presidente da OLP. A partir de então, os grupos palestinos armados e politizados passaram a causar transtornos aos tênues equilíbrios em países como a Jordânia e o Líbano e “incomodando” sistematicamente Israel. Por anos, os israelenses negaram-se

ao reconhecimento de uma nacionalidade palestina, insistindo na tese dos palestinos guerrilheiros como terroristas.

Nesse sentido, lembramos a interpretação de Luttwak (2003) de que, em relação às lições de 1967 aos árabes, a derrota revelou-se o melhor mestre, no sentido de que “os árabes aprenderam a aceitar suas limitações” (LUTTWAK, 2003, p. 42) em relação aos israelenses, o que se refletiu, no ponto de vista estratégico, na Guerra do Yom Kippur, principal objeto desta análise, abordado a seguir.



## A GUERRA DO YOM KIPPUR: LIÇÕES DO PONTO DE VISTA ESTRATÉGICO-MILITAR

Compreender a Guerra do Yom Kippur de 1973 do ponto de vista tático-militar requer que retomemos aspectos importantes.

Em setembro de 1970, vítima de um ataque cardíaco fulminante, morria Gamal Abdel Nasser, assumindo o vice-presidente do Egito, Anwar el-Sadat, em seu lugar. Como explicita Scarlecio (2003), enquanto fazia com que acreditassem que ele estaria disposto a seguir os passos de Nasser, Sadat planejava o impensável: “livrar-se dos soviéticos, aproximar-se do Ocidente, tentar fazer a paz com Israel e, caso suas intenções fossem ignoradas, aí sim ir à guerra com o objetivo de conseguir uma posição mais favorável” (BREGMAN; TAHRI, 1998 *apud* SCARLECIO, 2003, p. 187).

Sadat solicitou aos EUA que informassem ao gabinete israelense que, se Israel retirasse suas forças do Suez, o Egito reabriria o canal e estaria disposto a discutir a paz. Israel, contudo, não modificou a posição: só retiraria as tropas caso o Egito “reconhecesse oficialmente o Estado israelense” (SCARLECIO, 2003, p. 187). Dada a intransigência inimiga, Sadat se viu sem saída e resolveu se preparar para a guerra. A primeira ação foi recorrer aos soviéticos com um número de pedidos de equipamentos militares tão grande que “era superior à produção anual de armamentos” (SCARLECIO, 2003, p. 188), para a negativa dos soviéticos, que não aceitaram a aproximação do Ocidente.

Diante da recusa dos russos, da intransigência israelense e da resistência dos EUA, Sadat resolveu ir à guerra. O grande detalhe é que estava disposto a

entrar numa campanha não de extermínio israelense, e sim de “propósitos limitados” com objetivos táticos e estratégicos bem definidos, o grande diferencial da estratégia árabe bem-sucedida, convencido de que a única forma de recuperar Gaza e o Sinai era o de impor uma derrota (mesmo que parcial) a Israel” (BRENER, 1997, p. 54).

Sua ideia consistiu em mascarar os preparativos egípcios ao máximo e, na hora H, o objetivo não era ocupar todo o Sinai e sim destruir a linha israelense Bar-Lev, uma cadeia de fortificações construídas por Israel após a Guerra dos Seis Dias, ao longo da costa oriental do Canal de Suez. O propósito era surpreender as forças israelenses, com o agravante de que as posições egípcias deveriam ser neutralizadas pela cobertura de mísseis do tipo superfície-ar (SAM) instalados na parte egípcia do canal, além de que deveriam evitar o combate de tanques contra Israel, no qual estes eram superiores. As forças móveis israelenses iriam esbarrar numa barreira composta por artilharia, tanques e mísseis antitanques Sagger soviéticos manejados pela infantaria, e a incapacidade de manutenção das forças israelenses os obrigariam a negociar.

Na avaliação de Luttwak (2003), a mudança de estratégia árabe deveu-se à percepção de que, “em vez de se confrontarem com os israelenses em combates aéreos” (LUTTWAK, 2003, p. 42) ou “tentarem neutralizar os assaltos de alta mobilidade das forças com suas próprias forças blindadas dotados de reduzido poder de manobra” (LUTTWAK, 2003, p. 42), a opção árabe foi a de confiar em defesas anticarro estáticas e defesas antiaéreas de grande densidade. Embora posteriormente tenham sido derrotados, foram-no de forma “muito menos desastrosa do que em 1967” (LUTTWAK, 2003, p. 42).

Porém os problemas começaram a surgir para os egípcios antes mesmo do início do conflito: ao recrutar a Síria como aliada, “Damasco não deveria saber que o objetivo do Egito era exclusivamente o fortalecimento de sua posição para entrar em acordo com Israel” (SCARLECIO, 2003, p.190). A Síria queria retomar o Golã, e “seria levada a acreditar” que os egípcios também lutariam até o fim por esse propósito.

A primeira ação de Sadat foi ordenar 23 mobilizações gerais nos anos de 1972 e 1973 para alarmar as forças israelenses, com um exército de apenas 75 mil pessoas, mas que tinha um potencial de mobilização alto, podendo chegar a 350 mil integrantes. O Egito nada fazia e decidiu confiar nas agências de inteligência egípcias, as quais informaram que conseguiriam alertar Israel “sobre ações hostis de grande envergadura em 48 horas de antecedência” (SCARLECIO, 2003, p.190). Na 22ª mobilização, houve o ataque.

A ação foi surpresa em dois sentidos: além do aspecto das mobilizações, o Egito escolheu atacar numa data estratégica, data que coincidia com o Yom Kippur, ou Dia do Arrependimento Judaico, e com o Ramadã muçulmano, este último no qual a maioria dos muçulmanos pratica o seu jejum ritual. Como explicita Brener (1997): “O comando militar árabe escolheu a data com cuidado. A sociedade israelense estava relaxada; milhares de soldados rezavam ou curtiam o feriado em família” (BRENER, 1997, p. 57). No mês do Ramadã, uma semana antes do ataque, Sadat concedeu licença a 25 mil soldados. Um pouco depois, secretamente convocou todos, enquanto oficiais egípcios “podiam ser vistos em hotéis, nadando em piscinas e assistindo espetáculos de dança do ventre” (SCARLECIO, 2003, p. 191).

O ataque secreto ocorreu às 14 horas do dia 6 de outubro de 1973 com uma investida aérea conjunta da Síria e do Egito, seguida do avanço dessas forças pelo Canal de Suez, sendo o primeiro obstáculo “o imenso muro de areia que os israelenses construíram na Linha Bar-Lev, removido por mangueiras de água de alta pressão”, abrindo o caminho para as tropas especiais escoltando os engenheiros egípcios que tinham a tarefa de construir pontes militares planejadas em sessões separadas. Enquanto isso, forças sírias atraíam a atenção da FDI realizando um ataque no Golã. A decisão estratégica israelense foi “concentrar o exército para bater os sírios”, deixando que a FAI contivesse os egípcios, no entanto esta encontrou dificuldades. A disposição dos exércitos e os locais de batalha estão bem explicitados na Figura IV:

Do ponto de vista tático, a estratégia egípcia funcionou: quando os aviões da FAI se aproximavam das pontes militares egípcias, eram abatidos pelos Mísseis Superfície-ar (SAM) de forma combinada. Os egípcios controlaram os mísseis SAM da seguinte forma: “os AS-2 cobriam alvos em altitudes baixas; os moderníssimos mísseis SA-6; as altitudes baixa e média; e os SA-7 eram sistemas portáteis levados pelos soldados de infantaria, muito fáceis de manejar e razoavelmente efetivos” (SCARLECIO, 2003, p. 192), proteção complementada pelos canhões quádruplos ZSU 23-4, cujo fogo era dirigido por radares. Na primeira semana, o sistema abateu 80 aeronaves. Na Figura V estão as imagens dos mísseis AS-2, SA-6 e SA-7 e dos canhões ZSU 23-4.

Em terra, os problemas de comunicação começaram a surgir: tanto israelenses quanto sírios acreditavam que o propósito egípcio era o de marchar rumo Sinai adentro após cruzar o canal – “os comandantes de Sadat não avisaram aos

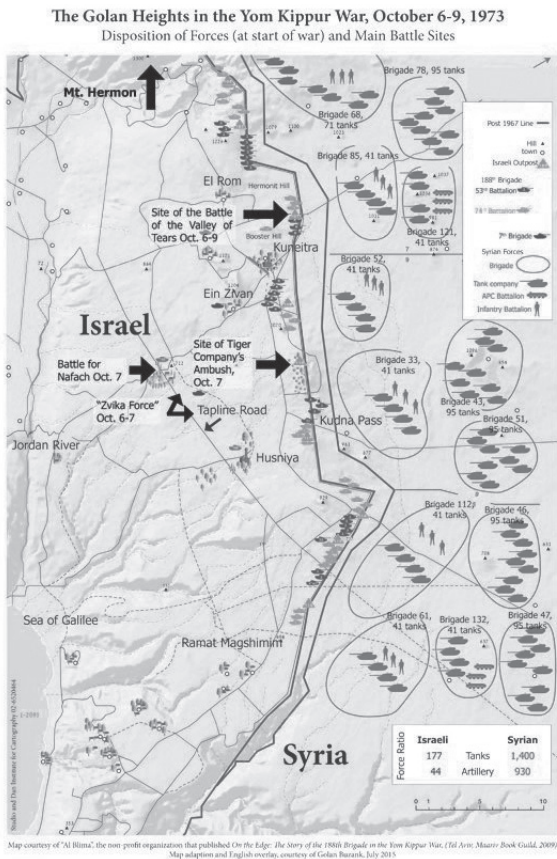


Figura IV – Disposição dos exércitos e locais de batalha, 6 a 9 de outubro de 1973  
Fonte: <https://www.timesofisrael.com/a-yom-kippur-battle-through-the-lens-of-the-us-civil-war/>

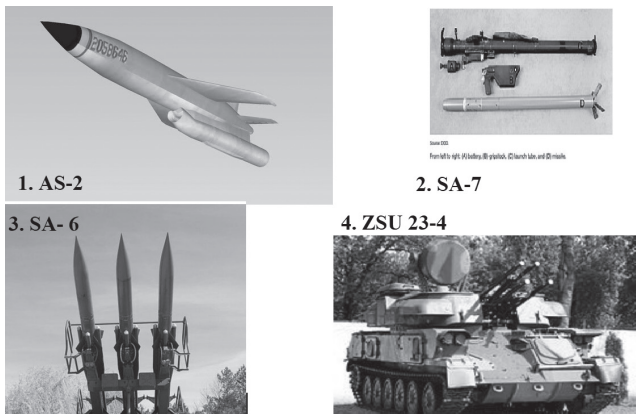


Figura V – Mísseis AS-2, SA-7 e SA-6 e canhões ZSU 23-4  
Fonte: a autora

sírios que seus planos eram muito mais modestos” (SCARLECIO, 2003, p. 192-193). O objetivo era consolidar “cabeças de ponte” com no máximo 15 quilômetros de distância da margem do canal, até onde permaneceriam com a cobertura aérea.

No dia 8 de outubro, as forças da FDI conseguiram contra-atacar e falharam, pois não conseguiram combinar os movimentos com a cobertura aérea. Outro problema foi a tática das unidades blindadas israelenses, que, ao tentar surpreender os egípcios, “afastavam-se da cobertura da artilharia e da proteção de sua infantaria” (SCARLECIO, 2003, p. 194). Os tanques israelenses foram muito maltratados pelos Sagger, um míssil fio-guiado com mira de lançamento de mais de mil metros, como mostrado na Figura VI. Desse modo, com sucesso, os 2º e 3º exércitos egípcios “cruzaram o canal, consolidaram suas cabeças de ponte, superaram a Linha Bar-Lev em vários pontos e rechaçaram os primeiros contra-ataques” (SCARLECIO, 2003, p. 194) israelenses.

Porém, aos poucos, a situação se reverteu, e o contra-ataque efetivo começou na

frente norte, onde os sírios, tentando uma penetração com colunas mecanizadas no Golã, foram arrasados por armadilhas pela guerra de movimento israelenses, abrindo espaço para o avanço das FDI cruzando Golã em direção a Damasco, capital síria. Os sírios sofreram muito mais baixas e perda de equipamentos e tiveram a estrada aberta para sua capital, o que gerou alerta internacional – os soviéticos pressionaram na ONU, junto aos americanos, pelo cessar-fogo.

Scarlecio (2003) lembra a importância da participação internacional na guerra: os russos despejaram muitos equipamentos para o Egito e a Síria, e os EUA foram pressionados por Israel a liberarem equipamentos militares de última geração, como dispositivos *chaff* despistadores (casulos que desorientam foguetes inimigos); equipamentos ECM (sistema de interferência eletrônica); o míssil ar-ar Sparrow, de maior alcance; e o míssil ar-superfície AGM-45 Shrike, guiado pela emissão de radares inimiga, que estão explicitados na Figura VII. Além disso, os EUA repuseram as perdas israelenses em aeronaves.

A situação se reverteu a partir da euforia dos egípcios, somada aos apelos dos sírios em dificuldade, que fizeram Sadat pensar em abandonar os planos iniciais e avançar, tendo como “prêmio a reconquista de toda a península do Sinai” (SCARLECIO, 2003, p. 197). O chefe do Estado-Maior egípcio, General Saad Shazly, contudo, alertou sobre o fato de que, caso o



Figura VI – Míssil Sagger

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Malyutka.JPG>

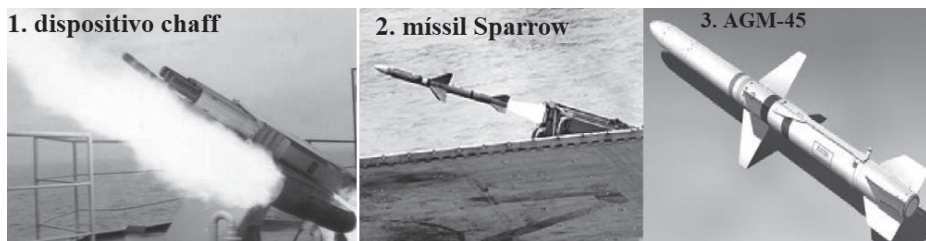


Figura VII – Dispositivos *chaff*, míssil Sparrow e míssil AGM-45

Fonte: a autora

exército egípcio avançasse, se afastaria da cobertura das baterias de SAM e que os israelenses levariam vantagem. “Quanto mais tempo a guerra durasse, maiores seriam os efeitos letais da mobilização dos recursos humanos em Israel” (SCARLECIO, 2003, p. 197), o que forçaria este país a negociar. Mesmo assim, embora taticamente perfeitas, Sadat interpretou as necessidades políticas como prioritárias – o apelo dos aliados – e deu ordem para que o exército egípcio avançasse, seu maior erro. Avançando em campo aberto no Sinai, era tudo o que os israelenses queriam: os egípcios se afastaram de sua cobertura aérea, e as aeronaves

da FAI puderam entrar em ação em suporte aos blindados israelenses. Contavam, ainda, surpreender o inimigo com novas armas recém-adquiridas dos norte-americanos.

O resultado foi dramático: “o confronto de blindados árabes e israelenses em outubro de 1973 foi o maior desde a Segunda Guerra Mundial” (SCARLECIO, 2003, p. 199) e “os egípcios perderam 264 tanques, contra apenas dez do inimigo (BRENER, 1997, p. 58). As tropas

israelenses cruzaram o Canal de Suez, isolando as forças egípcias, e, depois de afastar o perigo no Sinai, Israel se lançou contra os sírios, que contavam com reforços jordanianos, iraquianos, marroquinos e sauditas. Como mostra Brener (1997), mais uma vez, as tropas árabes demonstraram falta de coordenação e má comunicação, o que selou a derrota árabe.

**Apesar de derrotados militarmente, os árabes foram certamente os grandes vencedores políticos da Guerra do Yom Kippur, pois passaram a utilizar a "arma do petróleo", da qual eram donos**

Nessa cruzada, Israel ocupou cerca de 2.500 quilômetros do território egípcio na África e cercou o 3º Exército. As baixas foram as maiores até então para Israel: 2.838 mortos e 8.800 feridos, enquanto os árabes tiveram 8.528 mortes e 19.549 feridos (SCARLECIO, 2003, p. 200). Ape-

sar da tragédia, a guerra nos deixou algumas boas conclusões sobre a contraofensiva tática e o que alguns autores (ABREU, 2004) qualificam como “imponderáveis de guerra”, analisados a seguir.

## CONCLUSÕES

Apesar da vitória dos israelenses, a Guerra do Yom Kippur demonstrou o questionamento sobre a supremacia mili-

tar das FDI e o fato de que as sucessivas derrotas não abalaram a disposição para a luta dos árabes. Como explicitado por Salem (1982), apesar de derrotados militarmente, “os árabes foram certamente os grandes vencedores políticos da guerra de outubro” (SALEM, 1982, p. 55), na medida em que passaram a utilizar a “arma do petróleo”, da qual eram donos. O Presidente Sadat conseguiu, “pela primeira vez, preparar adequadamente um país árabe para a guerra” (SCARLECIO, 2003, p.201), e somente errou quando decidiu se afastar da linha traçada no seu planejamento, erro que se revelou fatal.

A despeito das consequências geopolíticas do conflito, em termos estratégicos alguns importantes fatores influenciaram a “inversão dos prognósticos lógicos” para o lado israelense, em inferioridade numérica: “a determinação do comandante, a liderança em todos os escalões, o adestramento de altíssimo nível, o profundo conhecimento das possibilidades do equipamento” (ABREU, 2004, p. 7). O conhecimento e o aproveitamento profundo do terreno e das armas, a construção de fossos anticarro para abrigo dos blindados e o contra-ataque desorganizado para atrasar os sírios e os egípcios revelaram-se estratégia brilhante para contrabalançar as desfavoráveis condições de combate que surpreenderam os israelenses no início da luta. Abreu (2004) atribui a vitória israelense, portanto, ao que chama de “imponderáveis de guerra”, ou seja, a “realidade da batalha” que comprova que, em uma guerra, nem sempre a superioridade numérica é determinante.

Por sua vez, Stephen Biddle (2002) mostra como a Guerra de 1973 represen-

tou importante lição sobre a relevância das armas combinadas, na medida em que Israel percebeu que o segredo para uma guerra num terreno inóspito como o deserto residia em operações de alta mobilidade, sem depender significativamente de artilharia ou infantaria desmontada – utilizando elementos como “velocidade, ousadia e profundidade nas penetrações” (BIDDLE, 2002, p. 101, tradução nossa).

Biddle (2002) traz concisa análise estratégica dos conflitos árabes-israelenses, em especial para as forças militares israelenses: na Guerra de Independência de 1948, esta consistiu em uma colcha de retalhos improvisada; na Crise de Suez de 1956, um exército bem treinado, mas ainda com predomínio de infantaria; na Guerra dos Seis Dias, de 1967,

exemplo de “vitória ofensiva unilateral israelense num processo de destruição da posição defensiva do Egito em apenas quatro dias” (BIDDLE, 2002, p.

102, tradução nossa). Como explicitado por Biddle, a capacidade de Israel de ter sucesso com essas forças pesadas em tanques, no entanto, dependia criticamente do treinamento e da coordenação das tropas. Mal treinada e mal liderada, a infantaria árabe carecia de habilidades e motivação para explorar o potencial de fraqueza israelense, de modo que os árabes não foram capazes de responder aos tanques israelenses até pelo menos 1967.

A partir de então, contudo, a situação reverteu-se, e o Egito tomou medidas para melhorar seu desempenho, concentrando esforços no treinamento de sua infantaria para resistir aos tanques israelenses, que, como alerta Biddle, ficaram muito “aquém de uma reforma completa da

**Em uma guerra, nem sempre a superioridade numérica é determinante**

prática militar nacional” (BIDDLE, 2002, p. 102, tradução nossa). A infantaria árabe aprendeu a fazer um avanço rigorosamente programado, sobrecarregando a guarnição despreparada da Linha Bar-Lev israelense e defendendo posições no aguardo do contra-ataque, o que produziu “um quase desastre para Israel na guerra de outubro de 1973” (BIDDLE, 2002, p. 102, tradução nossa) – os árabes conseguiram avançar o Canal do Sinai pelo menos quatro quilômetros adentro, acarretando grandes baixas e perdas para os israelenses: “Ao todo, a infantaria egípcia destruiu quase três brigadas completas de armaduras israelenses antes de os israelenses mudarem de tática” (BIDDLE, 2002, p. 102, tradução nossa).

Nesse sentido, na avaliação de Biddle (2002), a reação israelense foi de improviso, adotando métodos diferentes de fogo e movimento, em vez de atacar as defesas diretamente, fato que explica o sucesso do contra-ataque. Na prática, isso significou o avanço gradual e cauteloso dos tanques israelenses, atraindo fogo e a arma de contra-ataque egípcia por míssil guiado por fio, que exigia que seu operador mantivesse uma mira no alvo até o impacto. Em operação com estrita coordenação estratégica, ao observar o tipo de míssil inimigo e o sopro de fumaça da área de lançamento do míssil, os israelenses montaram o seu contra-ataque manobrando em direção aos egípcios com metralhadora ou fogo de canhão, distraíndo ou matando o operador e acarretando perda de direção dos mísseis durante o voo, o que possibilitou o avanço de suas tropas pelo terreno do Suez.

Dessa forma, as colunas de tanques israelenses atravessaram o Canal de Suez, virando para o norte e o sul, invadindo as infraestruturas logística e de defesa aérea egípcias, ao mesmo tempo em que

a armadura síria sofreu enormes perdas nas Colinas de Golã contra uma minúscula força defensiva israelense, não conseguindo desalojar “as posições de triagem nas quais os israelenses protegiam sua mobilização” (BIDDLE, 2002, p. 102). A guerra teve fim com um cessar-fogo mediado internacionalmente entre 2 e 4 de outubro de 1973.

Biddle (2002) identifica alguns legados do ponto de vista estratégico da guerra, o primeiro deles o fato de que, apesar de terem vencido, a guerra revelou-se extremamente custosa para os israelenses, com três vezes mais causalidades do que 1967 e dez vezes mais do que em 1956 (BIDDLE, 2002, p. 103). Outro aspecto foi o fato de a guerra ter provocado um debate internacional sobre as implicações de novos mísseis e armas guiadas de precisão para guerra e da obsolência dos tanques, no sentido de que a razão do número elevado de baixas israelenses residiu muito menos na superioridade das armas de precisão e antes na ineficiência das táticas estratégicas adotadas pelos israelenses naquela ocasião (BIDDLE, 2002).

Em relação aos acontecimentos de 1973, Luttwak (2003) reforça ainda a importância estratégica da derrota, na medida em que os ensinamentos advindos desta minimizam as perdas e baixas e a situação de sucesso pode reverter caso não haja um fluxo de reforços no exército vitorioso, “a derrota e a retirada tenderão a fortalecer o exército anteriormente derrotado” (LUTTWAK, 2003, p. 43).

Nesse sentido, se, no início do conflito, a infantaria egípcia confrontou-se com blindados em menor número, sem escolta de infantaria e sem apoio de artilharia, o “dinâmico paradoxo que transformaria sucesso em fracasso” (LUTTWAK, 2003, p. 64) partiu do míssil anticarro e foi “meramente tático” (LUTTWAK, 2003,

p. 64). Superada a surpresa, os israelenses puderam avançar sob a cobertura de artilharia, muito efetiva contra os mísseis anticarro, “cujos operadores não podiam manter um alvo em suas pontarias por tempo suficiente em meio a explosões” (LUTTWAK, 2003, p. 64).

A situação se reverteu de forma rápida e significativa: a infantaria mecanizada contribuiu para o “efeito supressivo” com seus morteiros e metralhadoras, forçando as guarnições de força de mísseis anticarro a manterem cabeças abaixadas; as granadas fumígenas puderam manter cortinas de fumaça à frente dos carros de combate, evitando que os operadores de mísseis visualizassem seus alvos; e os próprios carros de combate lançaram granadas alto explosivas ou *flechêtte*, efetivas contra carros com metralhadoras próprias (LUTTWAK, 2003), situação que configurou o embate da versatilidade da força blindada contra a restrita eficiência dos mísseis anticarro.

Na avaliação de Cohen (2000), a grande vantagem estratégica do lado israelense definiu-se pela economia, na medida em que a estratégia que passou a ser adotada prometia um máximo sucesso a um mínimo custo. Na prática, isso significou explorar ao máximo a superioridade aérea, tornando-a responsável pelo sucesso das campanhas. A estratégia aérea foi tão

significativa que, se por qualquer razão, a Força Aérea Israelense falhasse em providenciar a cobertura aérea às tropas terrestres, todo o conceito de segurança israelense estaria ameaçado.

Portanto, como reiteram Abreu (2004), Cohen (2000), Biddle (2002), Scarlecio (2003) e Luttwak (2003), a grande virada das tropas israelenses em 1973 ocorreu somente quando os israelenses perceberam que o contra-ataque combinado seria o fator decisivo da vitória, já que, com a falta de apoio adequado de infantaria e artilharia, sofreram perdas contínuas, evidenciando a importância das “armas combinadas, cobertura e ocultação, fogo e manobra firmemente integrados” (BIDDLE, 2002, p. 103).

Desta forma, a virada israelense na Guerra do Yom Kippur nos deixa como valiosa lição estratégica para o século XXI a importância decisiva dos avanços tecnológicos, do aumento do potencial de letalidade e de velocidade das novas armas, do aprendizado advindo da derrota e da estrita combinação de artilharia e infantaria diante dos “imponderáveis da guerra”, sofridos por ambos os lados em conflito. Como evidenciado pela campanha israelense de 1973, a combinação estratégica de tais fatores pode suplantar a significativa superioridade numérica e reverter a vantagem em batalha, definindo a guerra.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:  
<GUERRAS>; Árabe-Israelense; Guerra no Oriente Médio;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Heitor Freire de. *Forças Blindadas e Mecanizadas e os Imponderáveis da Guerra*. Defesa: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.
- ARAGÃO, M. J. (2006). *Israel x Palestina – Origens, História e Atualidade do Conflito*. São Paulo: Revan.



- BATISTA, Gabriel António de Sousa. *A Guerra de Yom Kippur: O sucesso das Forças de Defesa de Israel contrariando a lógica*. Dissertação (Mestrado) – Academia Militar de Lisboa, Lisboa, agosto de 2011.
- BIDDLE, Steven. *Land Warfare: Theory and Practice*. Princeton: Princeton University Press, 2008. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James; COHEN, Eliot & GRAY, Colin (orgs.), *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002.
- BRENER, Jayme. *As guerras entre Israel e os árabes*. Coleção Opinião e Debate. São Paulo: Scipione, 1997.
- CID, E. P. (2007). *Planeamento Tático e Tomada de Decisão*, PDE 5-00. Évora: Exército Português.
- COUTO, G. A. (1988). *Elementos da Estratégia - Apontamentos para um Curso – Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- DOWTY, A. (1984). *Middle East Crisis: U.S. Decision. Making in 1958, 1970 and 1973*. Berkeley: University of California Press.
- FÁVERO, G.; PINHEIRO, L. F. V. “As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil”. *Cadernos de Política Exterior*, v. 3, p. 65-91, 2016.
- GAWRYCH, G. W. (2000). *The Albatross of Decisive Victory: War and Policy Between Egypt and Israel in the 1967 and 1973 Arab-Israeli Wars*. Westport, CT: Greenwood Press.
- GILBERT, M. (1998). *A História de Israel*. Lisboa: Edições 70.
- COHEN, Stuart A. “Operational Limitations of Reserve Forces: The lessons of the 1973 War”. In: KUMARASHAMY, P.R. (ed.), *Revisiting the Yom Kippur War*. New York: Frank Cass Publishers, 2000.
- LUCINDO, Josué Gomes. *Guerra dos Seis Dias: ações executadas pelas Forças de Defesa de Israel (FDI)*. Santa Catarina: Unisul virtual, História Militar, 2018. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/5818>.
- LUTTWAK, Edward. *Strategy: the logic of war and peace*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2003.
- OREN, Michael B. *Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a formação do Moderno Oriente Médio*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- SALEM, Helena. *O que é a Palestina?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1ª edição, 1982.
- SCARLECIO, Márcio. *Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.